



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

CARLA CRISTINA RIBEIRO JOSE

**GESTÃO PÚBLICA E EDUCAÇÃO: UMA REFLEXÃO TEÓRICA
SOBRE AS PARTICULARIDADES DAS ESCOLAS RURAIS DE
RONDÔNIA.**

CHUPINGUAIA-RO

2022

CARLA CRISTINA RIBEIRO JOSE

**GESTÃO PÚBLICA E EDUCAÇÃO: UMA REFLEXÃO TEÓRICA
SOBRE AS PARTICULARIDADES DAS ESCOLAS RURAIS DE
RONDÔNIA.**

Artigo apresentado ao Curso Superior Tecnológico em Gestão Pública, na modalidade à distância, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, como requisito para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Nome do Orientador: Vinícius de Souza Santos

CHUPINGUAIA-RO

2022

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos Kauan e Davi que foram a inspiração para concluir este curso e dedico, também, ao meu querido esposo Vanderlei que sempre me apoiou e aos amigos que sempre me incentivaram nos momentos difíceis e, principalmente, compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava a realização deste curso. Não poderia esquecer de agradecer aos professores pelas correções e ensinamentos, que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional.

FICHA CATALOGRÁFICA
IFRO - CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

J83g. José, Carla Cristina Ribeiro.

Gestão pública e educação: uma reflexão teórica sobre as particularidades das escolas rurais de Rondônia. / Carla Cristina Ribeiro José -- Porto Velho, Rondônia, 2022.

17 f.: il.

Orientador: Prof. Vinícius de Souza Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública – Modalidade Educação à Distância – EAD).

1. Escola rural. 2. Gestão democrática. 3. Desafios do ensino no campo. 4. Educação rural. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. II. Título.

CDD: 371.2

GESTÃO PÚBLICA E EDUCAÇÃO: UMA REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE AS PARTICULARIDADES DAS ESCOLAS RURAIS DE RONDÔNIA.

Carla Cristina Ribeiro Jose¹
Vinícius de Souza Santos²

Resumo

Este artigo tem o objetivo de identificar e analisar o funcionamento de gestor educacional em escolas rurais. Isso é, a educação é uma das formas pelas quais a gestão pública se expressa, assim sendo, o intuito aqui é refletir sobre problemas existentes como: a carência de profissionais qualificados; a falta de transporte escolar eficiente que compreenda as necessidades locais de cada região; a falta de estrutura física das escolas que possam abranger as necessidades de funcionários, alunos e a comunidade em geral; a dificuldade ao acesso às tecnologias existentes com eficiência e que possam facilitar a inserção dos alunos e professores ao mundo das tecnologias e os desafios na busca por um ensino específico que compreenda as necessidades da comunidade rural. Assim, a reflexão sobre o assunto se torna necessário na busca por melhorias para a educação rural.

Palavras-chave: Escola do rural. Gestão democrática. Desafios do ensino no campo. Educação rural.

Summary

This article aims to reflect on the public management of schools in rural areas. That is, education is one of the ways in which public management is expressed, therefore, the intention here is to reflect on existing problems such as: the lack of qualified professionals; the lack of efficient school transport that understands the local needs of each region; the lack of physical structure of schools that can cover the needs of employees, students and the community in general; the difficulty in accessing existing technologies efficiently and that can facilitate the insertion of students and teachers in the world of technologies and the challenges in the search for a specific teaching that understands the needs of the rural community.

Keywords: Field school. Democratic management. Challenges of teaching in the field. Alternative rural education

¹ Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD do Instituto Federal de Rondônia *Campus* Porto Velho Zona Norte. e-mail: carlacristina65213@gmail.com

² Docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Rondônia *Campus* Porto Velho Zona Norte.

1 INTRODUÇÃO

A educação no Brasil apresenta inúmeros problemas relacionados às questões que envolvem a gestão pública. No entanto, trataremos aqui sobre os problemas que compreendem, somente, as escolas do estado de Rondônia pertencentes às áreas rurais, pois essas apresentam problemas muito específicos que merecem maior atenção dos órgãos públicos responsáveis.

Assim, a problematização dessa pesquisa apresenta quatro pontos importantes que são considerados essenciais para obter um bom resultado quando o assunto é educação, são eles: profissionais qualificados, transporte, tecnologia e estrutura física. Isso é, para que uma escola funcione e obtenha bons resultados é necessário que esses quatro pilares funcionem de maneira eficiente. No entanto, a educação nas áreas rurais não é vista de forma minuciosa, ou seja, muitos problemas existentes em áreas específicas não são atendidos e nem compreendidos pelas autoridades competentes.

A carência de profissionais qualificados é um grande problema para as escolas de áreas rurais, pois dependendo da região em que se encontra a escola, o acesso pode ser difícil e acaba não sendo uma oportunidade interessante para quem vem das áreas urbanas. Outro ponto importante em relação a falta de profissionais qualificados é a falta de investimento em formação para os profissionais dessa escola, visto que a educação no campo é uma outra realidade em comparação ao ensino nas áreas urbanas.

O transporte também tem suas particularidades nas escolas do campo, pois cada região tem seus problemas específicos, como: período de chuvas, estradas sem manutenção, pontes quebradas, falta de manutenção dos ônibus e pessoas qualificadas para trabalhar no transporte escolar. Isso é, nas escolas do campo esses problemas têm um valor maior porque são afetados diretamente pelos problemas causados pela geografia de cada região e devido as estações do ano que são específicas em cada região.

A falta de estrutura física adequada é o grande desafio para se fazer ensino de qualidade nas áreas rurais. A maioria das escolas não têm sala adequadas, ambientes para o esporte e o lazer que é o mínimo garantido por lei. Ainda existem escolas de madeira com apenas uma sala gerando muitas dificuldades para se praticar ensino de qualidade.

A tecnologia é outro ponto importante a ser falado, pois estamos vivenciando a era tecnológica, no entanto as escolas do campo ainda não estão sendo beneficiadas com essa ferramenta do mesmo modo que escolas urbanas. A falta de equipamentos e a dificuldade de acesso à internet ainda existe em muitas escolas rurais e gera muitos transtornos.

A escola do campo apresenta muitas dificuldades para desenvolver um ensino que possibilite que seus alunos avancem e tenham as mesmas oportunidades de alunos que morram nas áreas urbanas. Dessa forma, a pesquisa em questão se justifica como uma forma de buscar avanço para as escolas situadas nas áreas rurais.

Para isso, é necessário entender algumas particularidades no ensino, na estrutura da escola, no transporte. Pois, o homem do campo não tem a mesma realidade que o homem urbano e, nesse sentido, é fundamental que a escola apresente um ensino que esteja voltado para a vida e as necessidades do homem do campo. Então, o ensino não deve ser o mesmo porque a realidade não é a mesma.

2 METODOLOGIA

Como toda pesquisa de caráter científica exige a escolha de um paradigma metodológico para ser realizada, levando em conta a natureza dos dados, opto pela pesquisa bibliográfica qualitativa. Esse tipo de pesquisa procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Essa pesquisa tem as seguintes características, segundo o autor Antônio Carlos Gil (p. 49) a busca se faz em: a) Livros de leitura corrente. b) Livros de referência. c) Publicações periódicas. d) Impressos diversos.

Os objetivos principais que conduzem uma pesquisa bibliográfica são conforme Gil (p. 63, 64): a) Redefinição de um problema. b) Obtenção de informações acerca de técnicas de coleta de dados. c) Obtenção de dados em resposta ao problema formulado. d) Interpretação de resultados. Os procedimentos ordenados para se executar pesquisas com esse referencial metodológico são: determinação dos objetivos, elaboração do plano de trabalho, identificação das fontes, localização das fontes e obtenção do material, leitura do material, tomada de apontamentos, confecção de fichas, redação do trabalho.

3 ORIGENS E AVANÇOS DA ESCOLA DO CAMPO.

A trajetória da educação no campo é marcada por muitas lutas dos trabalhadores rurais e povos originários, isto é, o ensino sempre foi prioridade da burguesia. Assim, a educação sempre foi um privilégio para poucos no Brasil, pois o investimento em educação para o filho do camponês foi por muitos anos deixada de lado pelos governantes. Desse modo, a evolução da educação no campo tem sido lenta, mas tem obtido conquistas importantes para seu crescimento como a implementação da gestão democrática e o entendimento das particularidades da escola do campo.

Segundo Leite (2002) afirma que nos anos 90 o ensino no campo era visto como inferior e com poucos investimentos:

A educação rural no Brasil, por motivos sócios culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo, acentuado no processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos”. Isso é coisa de gente da cidade. (LEITE, 2002, p. 14)

Desse modo, os avanços para o ensino no campo têm acontecido a passos lentos, pois os aspectos culturais que sempre pesaram para que esses avanços não acontecessem ainda têm muito peso. E isso atrapalha a criação de políticas públicas que implementem um ensino que seja voltado para alunos que estão imersos à cultura do campo. Por isso pesquisar sobre a educação do campo e suas ruralidades se torna extremamente importante. Novaes (2017) afirma que:

A educação do campo vem sendo historicamente marginalizada com relação à construção de políticas públicas claras para a educação camponesa, aonde os governantes vêm optando pela saída mais fácil, ao invés de propiciar estrutura física e condições de ensino, passam a fechar escolas rurais e transportar alunos para as cidades, onde entre 2005 e 2007 foram fechadas 8 mil escolas rurais no Brasil, medida essa justificativa pelo pequeno número de alunos. (NOVAIS, 2017, p. 24)

Como resultado, o ensino rural apresenta uma baixa qualidade em comparação com o ensino nas áreas urbanas. Pois, o investimento é baixo e o avanço da agropecuária faz com que as áreas rurais sejam esvaziadas e, assim, diminuindo o fluxo de alunos. Desse modo, as políticas públicas para as áreas rurais acabam sendo mais escassas e o ensino cada vez mais distante da realidade sociocultural dos educandos.

No entanto, o Ministério da Educação (MEC) afirma que não existe uma quantidade mínima de alunos para que uma escola se mantenha aberta em áreas rurais, pois a educação é um direito primordial e garantido pela constituição federal. Contudo, o sucateamento de escolas rurais ocasionados pela falta de políticas públicas direcionadas ao ensino rural são escassas. Isso é, o modelo de ensino que chega até essas escolas não condiz com a realidade social e cultural dessas comunidades rurais. Segundo Caldart (2007) a busca por uma escola que reconheça a identidade sociocultural dos sujeitos é uma luta constante e lenta entre os trabalhadores rurais:

A educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos Sem Terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas e resistências de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade cultural, valores e costumes. (GALDART, 2007, p. 2-3)

Assim, mesmo garantido o direito à educação pela Constituição Federal, o ensino voltado para as necessidades específicas dos povos que moram em áreas rurais ainda é uma busca constante. É sabido que foi a partir dos anos 80 que a educação foi reconhecida como um direito humano, no entanto, esse direito foi consolidado somente na Constituição Federal de 88, como podemos ver no artigo 205 que institui:

Art.205. A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, p. 01)

No entanto, quando pensamos em escolas rurais entendemos que a educação deve ser adequada e direcionada às necessidades da comunidade rural. Isso é, uma educação que ajude os jovens a aprimorar seus conhecimentos com o trabalho rural e que compreenda todas as necessidades culturais, políticas e religiosas da comunidade. Mas estamos assistindo o esvaziamento dessas comunidades com a chegada do agronegócio, pois a maioria dos jovens estão abandonando as áreas rurais para buscar trabalho nas cidades e, assim, abandonando a vida no campo como podemos observar na passagem a seguir:

[...] De fato, muitos trabalhadores (as) e principalmente a juventude rural, tem optado por migrar para os centros urbanos, expondo-se à miséria, à violência, e a concorrência 'desleal' em um mercado exigente e escasso em vagas[...] (MATOS; ALENCAR, 2003, p. 19)

Portanto, o modelo educacional que chega às escolas do campo não está sendo eficiente o suficiente para manter esses jovens em suas comunidades. Pois, o estudante do campo

necessita de um modelo educacional específico que valorize a cultura local e faça os jovens evoluam dentro de suas comunidades.

Os autores Fernandes; Cerioli; Caldart (2004), afirmam que o modelo educacional ideal para a escola do campo deve ser da seguinte forma:

[...] A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. ‘Mas, sobretudo deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz’ (FERNANDES; CERIOLI; GALDART, 2004, p. 23)

Portanto, a educação apropriada para as escolas rurais deveria ser uma escola que trabalhe de maneira que os alunos se identifiquem com os conteúdos ministrados. Pois, dessa maneira os jovens irão aprender a valorizar a sua cultura e buscar através da escola a melhor maneira de aperfeiçoar e melhorar suas atividades no trabalho rural. Ou seja, uma educação que ofereça oportunidades para a comunidade e que reconheça e valorize os aspectos socioculturais locais.

Além disso, entender que a educação no campo deve ser diferenciada e específica para cada localidade é compreender que essa educação não é apenas para filhos de trabalhadores rurais, mas para cidadãos críticos e conhecedores de sua pluralidade sociocultural. Pois, são os trabalhadores rurais os responsáveis pelas lutas e conquistas da escola do campo. Por outro lado, vale lembrar que todas as conquistas da educação do campo aconteceram a partir da Constituição Federal de 88:

Consideramos como marco principal de todas as conquistas voltadas para a valorização da cultura e identidade dos sujeitos que vivem no campo, a (CF 88), através dessa constituição é que a criação de direitos sociais, políticos e civis foram estendidos ao campo, reconhecendo que a educação do campo e da cidade são contextos sociais diferentes e que é preciso reconhecer e apreciar as especificidades das populações identificadas com o campo. A educação do campo passou a ser vista não apenas para a formação de mão-de-obra ou mera instrumentalização ou ação assistencialista do Estado, assumiu a identidade de uma educação para um determinado grupo social que era colocado as margens da sociedade e estigmatizados. (NOVAIS, 2017, p. 31)

Dessa forma, entendemos que foi a partir das lutas sociais que a educação do campo obteve reconhecimento para se desenvolver como uma educação que necessita ser

compreendida em suas particularidades. Pois, somente assim o povo do campo tem seus aspectos culturais reconhecidos e respeitados.

4 PARTICULARIDADES DA ESCOLA DO CAMPO

A escola do campo apresenta particularidades específicas em comparação às escolas das áreas urbanas. Pois, tem necessidades e carências específicas que devem ser supridas para que o ensino aconteça de forma adequada. Desse modo, a gestão de uma escola do campo deve ser inteiramente democrática, pois deve dialogar com a comunidade para que essa escola entenda os aspectos culturais, econômicos e políticos dos seus alunos e da comunidade em geral.

A gestão democrática foi institucionalizada a partir da Constituição Federal de 1988. Assim, o novo modelo de ensino tem características mais plural, isto é, enfatiza as práticas democráticas e inclusivas e a pluralidade de ideias. Pode-se observar algumas dessas características no artigo 206 da Constituição Federal de 1988:

- Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
 - III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 - IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 - VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
 - VII - garantia de padrão de qualidade. (BRASIL, 1988)

Enfatiza a igualdade no acesso à escola, o direito a permanência e a liberdade em ensinar, aprender e pensar. No entanto, a educação brasileira apresenta um cenário diferente da proposta de ensino idealizada na Constituição de 1988, pois a educação não tem estrutura básica para colocar em prática o modelo recomendado na Constituição Federal. A falta de estrutura física adequada nas escolas³, a desvalorização da docência e a desigualdade social são alguns dos

³ Os dados sobre a estrutura física e organizacional das instituições escolares mencionadas no presente artigo podem ser acessados a partir dos resultados obtidos pelo Censo Escolar. Essas informações estão presentes no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

fatores que impossibilitam o desenvolvimento de um ensino plural e democrático nas escolas brasileiras. Nesse sentido, podemos afirmar que o modelo de escola democrática ainda não foi implantado inteiramente no país, a falta de um ambiente escolar adequado e desvalorização de professores, não só financeiramente, mas a falta de investimento em qualificação profissional de professores dificulta a implantação desse modelo nas escolas do Brasil.

No entanto, o gestor escolar de uma escola do campo deve buscar fazer uma gestão mais democrática possível, pois é uma necessidade desse tipo de escola. Como afirma Caldart (2004) na passagem a seguir:

Uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito. Também pelos desafios da sua relação com o conjunto da sociedade. Se é assim, ajudar a construir escolas do campo é, fundamentalmente, ajudar a constituir os povos do campo como sujeitos, organizados e em movimento. Porque não há escolas do campo sem a formação dos sujeitos sociais do campo, que assumem e lutam por esta identidade e por um projeto de futuro (CALDART, 2004, p. 66)

Assim, é importante que o gestor busque trabalhar em conjunto com a comunidade para que assim possa reconhecer todos os fatores que a caracterizam como sendo do campo e, assim, entender suas necessidades.

Além disso, a qualificação dos profissionais que trabalham na escola do campo é um ponto relevante para se ter resultados satisfatórios. Segundo Natividade Maio et al. (2010, p.37):

Pensar na qualificação da escola e dos professores, como via para enfrentar os desafios do nosso século, leva-nos ao reconhecimento da importância que tem a preparação profissional destes agentes educativos como vectores de mudança dos contextos sociais. (Natividade Maio et al. 2010, p.37)

Nesse sentido, é relevante que todos os profissionais que trabalham no meio escolar sejam qualificados e busquem, em conjunto com a gestão escolar, o constante aperfeiçoamento. Principalmente os professores que trabalham diretamente com os alunos, pois o educador deve acompanhar as constantes transformações na sociedade e no modo de ensinar.

Por outro lado, é necessário desconstruir alguns preconceitos em relação aos educadores do campo, como afirma Novais:

[...] a educação rural ignorada e marginalizada está mostrando seu verdadeiro rosto, não a caricatura tão repetida: reduzir a educação à escolinha rural, à professora desqualificada, às massas analfabetas. Uma visão preconceituosa que os educadores rurais vão desconstruindo ao longo de suas experiências e vivências com as comunidades rurais. Esses educadores rurais constroem seus próprios entendimentos acerca da educação do campo, identificando no cotidiano e suas práticas docentes, as principais dificuldades enfrentadas pela escola, sobretudo, com relação à falta de políticas públicas e investimentos em projetos que promovam o desenvolvimento local dessas populações. (NOVAIS, 2017, p. 42, 43)

Desse modo, é necessário desconstruir preconceitos e injustiças com o povo do campo e sua escola, pois a intenção é reverter as desigualdades existente entre a escola do campo e a escola urbana. Pois, o papel da escola do campo é formar jovens com pensamento crítico para, assim, compreender a dimensão da sua identidade cultural de homem do campo.

Por outro lado, a estrutura das escolas do campo é um fator importante para o desenvolvimento educacional. Segundo o Inep:

[...] o problema das turmas multisseriadas está na ausência de uma capacitação específica dos professores envolvidos, na falta de material pedagógico adequado e, principalmente, a ausência de infraestrutura básica – material e de recursos humanos – que favoreça a atividade docente e garanta a efetividade do processo de ensino-aprendizagem (INEP, 2006, p.19 apud HENRIQUES et al, 2007, p.22)

Assim, é de suma importância compreender os fatores que atrasam o bom andamento das escolas do campo. Pois, problemas como falta de capacitação de professores e falta de estrutura básica para o andamento das atividades escolares são problemas que devem ser levados conta para se ter bons resultados.

Além disso, as escolas do campo enfrentam dificuldades como a falta de professores, precária estrutura física e inúmeras dificuldades cotidianas no transporte escolar. O Inep aponta algumas dessas dificuldades:

Insuficiência e precariedade das instalações físicas da maioria das escolas; dificuldades de acesso dos professores e alunos às escolas, em razão da falta de um sistema adequado de transporte escolar; [...] falta de conhecimento especializado sobre políticas de educação básica para o meio rural [...] falta de atualização das propostas pedagógicas das escolas rurais [...] (BRASIL, 2007)

Embora essas dificuldades encontradas pelo o Inep não devam ser generalizadas, a maioria das escolas do campo sofrem diariamente com a falta de estrutura. Escolas com

estruturas físicas precárias e a falta de material dificultam o andamento das aulas, que obrigam os professores a fazer adequação de suas aulas com o pouco de estrutura existente. O transporte escolar é um dos maiores problemas na escola do campo, pois os alunos necessitam desse serviço público para chegar até as escolas. No entanto, a precarização desse transporte e os problemas ocasionados pelas chuvas e as péssimas condições das estradas rurais dificultam diariamente o transporte de jovens de áreas rurais para suas escolas.

Outro ponto importante é o avanço da tecnologia que tem sido uma grande evolução para a sociedade num geral. Durante décadas os únicos materiais utilizados pelos professores em sala eram: livros, quadro e giz. Mas com o avanço tecnológico o professor, também, pode aperfeiçoar seu método de ensino utilizando computadores, o acesso à internet e diversas ferramentas e máquinas que são incorporadas ao processo de ensino-aprendizagem. Segundo Leite essas novas ferramentas são “instrumentos que servem para realizar um trabalho pedagógico de construção do conhecimento” (LEITE, 2014, p. 25). Assim, o modo de lecionar, de estabelecer um diálogo professor-aluno mudou de maneira radical. Pois, nesse cenário se faz necessário o aperfeiçoamento do professor às novas tecnologias.

A chegada da tecnologia na escola desencadeou algumas polêmicas e problemas no que diz respeito, não só a falta de estrutura física no ambiente escolar, mas na falta de capacitação de professores no manuseio dessas tecnologias. Como podemos observar na fala de Moran:

Encontramos nas instituições educacionais um número razoável de professores que estão experimentando estas novas metodologias, utilizam aplicativos atraentes e compartilham o que aprendem em rede. O que predomina, no entanto, é uma certa acomodação, repetindo fórmulas com embalagens mais atraentes, esperando receitas, num mundo que exige criatividade e capacidade de enfrentar desafios complexos. Há também um bom número de docentes e gestores que não querem mudar, que se sentem desvalorizados com a perda do papel central como transmissores de informação e que pensam que as metodologias ativas deixam o professor em um plano secundário e que as tecnologias podem tomar o seu lugar. (MORAN, 2015, p. 1)

A acomodação, por parte de alguns trabalhadores em educação, gera inúmeros problemas no processo de ensino-aprendizagem e na escola do campo não é diferente. Pois, a grande maioria dos alunos estão inseridos no mundo tecnológico e utilizam meios de comunicação como redes sociais para se comunicarem diariamente. Desse modo, o professor deve buscar compreender o mundo em que seus alunos estão inseridos. Uma vez que, o diálogo entre professor e aluno deve ser claro e acessível para ambas as partes e para a escola do campo isso é primordial. Por outro lado, a falta de estrutura na escola do campo também atrapalha o

avanço da tecnologia na escola do campo, pois demoram a chegar equipamentos necessários na escola do campo para o trabalho em sala.

Assim, os problemas enfrentados pela escola rural são inúmeros e estão relacionados a diversos fatores. Porém, esses problemas devem ser debatidos pela comunidade em geral e, principalmente, a rural para que políticas públicas sejam implementadas para que essas dificuldades sejam resolvidas.

5 CONCLUSÃO

Para concluir a reflexão a respeito das dificuldades enfrentadas pela escola do campo é interessante ressaltar que já foram alcançados muitos avanços para a escola rural ser reconhecida pelas suas particularidades socioculturais e as lutas dos trabalhadores rurais foram muito importante para essas conquistas.

No entanto, esses avanços acontecem a passos lentos e carecem de um olhar mais cuidadoso por parte dos governantes, que são os responsáveis por elaborar políticas públicas que possam mudar a realidade dos filhos dos trabalhadores do campo. Pois, somente assim os filhos desses trabalhadores aprenderão a valorizar sua cultura local e a defende-la perante a sociedade em geral. E assim, se reconhecer como sujeitos do campo detentores de pensamento crítico em relação a sociedade em geral, pois esse é o papel da escola para com os alunos.

Uma vez que a escola é marcada por muitos fatores e sua extensão é delimitada pelas características extensas em seu revés. A escola como direito fundamental é prerrogativa de todas as pessoas e por isso deve estar alinhada as realidades de cada contexto de produção filosófica, filológica, cultural, social e intelectual. Entendido os aspectos dessas particularidades, não como um abismo que divide e separa as extremidades do urbano e do rural, mas como uma sociedade que é dissidente em si mesma e por isso produz conhecimento científico, social e cultural a respeito de si. Ora como dizia Gonzaguinha em sua canção “O que é? O que é?” A vida e suas ponderações são vivências que não devem ser envergonhadas e nem destituídas de suas aprendizagens, que possamos entender essas proposições como aprendizagens que une e reforça o anseio pelo respeito e por uma educação de qualidade em todos os aspectos já defendidos nesse texto.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. Educação do campo: Diferenças mudando paradigmas. A Legislação Brasileira e Educação do Campo. 2007. Disponível em: Acesso em: 21 nov. 2022

CALDART, R. S. **A Escola do Campo em Movimento**. Currículo sem Fronteiras, v. 3, n. 1, p. 60- 81, jan./jun. 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre a educação no campo**. III Seminário do Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA), Luziânia/GO, de 2 a 5 de outubro de 2007 – Disponível em: 26 nov. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Ed. 4^a, São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 novembro 2022.

LEITE, Sergio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2002.

LEITE, Lígia S. (Coord.). **Tecnologia educacional. Descubra suas possibilidades em sala de aula**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MATOS, Kelma Socorro Lopes; ALENCAR, Maria Ciélia de Medeiros. **Juventude Rural: trabalho, migração e escola**. In MATOS, Kelma Socorro Lopes de (Org) **Movimentos Sociais, educação popular e escola: a favor da diversidade**. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

MORAN, José Manuel; BACICH, Lilian. **Aprender e ensinar com foco na educação híbrida**. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wpcontent/uploads/2015/07/hibrida.pdf>. Acesso em 02 dezembro 2022.

NOVAIS, Marcos Adriano Barbosa de. **Educação no campo**. Sobral: Aiamis, 2017.

HENRIQUES, Ricardo et al. (Orgs.). **Educação do campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília, DF: 2017.

